

# A SOCIEDADE ACTUAL, A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E A INSERÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO MERCADO DE TRABALHO <sup>1</sup>

*Dinah Ferreira* \*

Ao confrontar-me com o honroso convite da Direcção da Escola para, nesta oportunidade, dizer algumas palavras, deparei-me com a dúvida da escolha do tema. Tratando-se, porém, de uma ocasião em que se alia a formalização da abertura do Ano Lectivo com a entrega de Diplomas aos recém-licenciados, obviamente me ocorreu fazer algumas considerações sobre *a sociedade actual, a formação em Serviço Social e a inserção inicial dos Assistentes Sociais no mercado de trabalho*, e isto também porque:

- as políticas sociais portuguesas se confrontam, actualmente, com a implementação de uma medida (o Rendimento Mínimo Garantido) que exige um considerável acréscimo de intervenção social qualificada, tanto quantitativa quanto qualitativamente;
- o nosso Instituto atravessa uma fase de reflexão sobre o actual Plano de Estudos;
- a inserção profissional dos recém-licenciados em Serviço Social deixou, nos últimos anos, de se fazer quase automaticamente e passou a apresentar lapsos de tempo que, embora de muito menor expressão do que aqueles que atingem outros licenciados da área das ciências sociais, merece já alguma preocupação por parte das Escolas.

Tentarei, pois, deixar aqui algumas considerações que nos permitam cruzar estas três realidades.

---

\* Assistente Social, Mestre em Sociologia, docente no ISSSL, membro do CPIHTS-Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social.

<sup>1</sup> *Comunicação apresentada em 28/2/97, por ocasião da Abertura do Ano Lectivo 1996/97 do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa e da Entrega de Diplomas aos Licenciados de 1991/96.*

1. Na sociedade actual, a ideologia liberal e o capitalismo monopolista, na sua racionalidade egocêntrica e individualista, de orientação hegemónica, conquistadora, de sucesso a todo o custo, de competição sem limites, alastra a todos os níveis da vida social e a sua lógica de mercado concorrencial pretende impôr-se a tudo e a todos. Contra esta lógica de competição desenfreada, tentacular, se têm levantado, em todo o mundo, algumas vozes e, entre elas, o Grupo de Lisboa. No seu trabalho *Limites à Competição* (1994), o Grupo de Lisboa traça um perfil dos malefícios da competição excessiva e propõe algumas formas de a combater, através da clarificação de objectivos a perseguir e dos meios a mobilizar para atingir esses mesmos objectivos.

O perfil traçado é desolador, mas realista:

- “— num contexto de liberalização e desregulamentação do mercado, a mobilidade do capital financeiro e industrial, a nível mundial, está a ultrapassar a organização reguladora fundada no Estado-Nação; [...]
- a legislação laboral e os programas de bem-estar social são enfraquecidos, ou lentamente destruídos, ao mesmo tempo que o desemprego massivo se torna numa das principais questões sociais para os próximos 15-20 anos, e que a competitividade entre as empresas locais se anuncia como a melhor via para a criação de novos postos de trabalho;
- a exclusão social, a intolerância e a desarticulação entre regiões está a aumentar; [...]
- o adiamento ou o cancelamento de legislação sobre protecção do ambiente são cada vez mais solicitados, para benefício da competição.” (Grupo de Lisboa, 1994:20-21).

Todos sabemos como o Estado-Providência e o contrato social têm sido a base da moderna sociedade industrial e como constituíram um enquadramento favorável à aceitação do capitalismo ao nível das várias nações. Em Portugal, é também sabido, o Estado-Providência nunca chegou, verdadeiramente, a existir e, quanto ao contrato social, assiste-se, neste momento, a um esforço entre o Governo e os parceiros sociais no sentido de uma formalização mais abrangente. Habitualmente, embora se verifiquem algumas diferenças entre países que o adoptaram, e entre regiões, o contrato social orienta-se por quatro preocupações fundamentais:

— *O direito ao trabalho*

- emprego duradouro
- pleno emprego
- melhoria das condições de trabalho (salários, indemnizações, horário semanal, participação dos trabalhadores)
- acordos colectivos e sobre tecnologia.

— *A luta contra a pobreza*

- garantia de um rendimento mínimo
- outras formas de assistência social para combate à pobreza e à exclusão social.

— *A protecção contra os riscos sociais*

- segurança social e/ou outras medidas de seguros para proteger os trabalhadores e as suas famílias contra a doença, os acidentes, o desemprego, a morte.

— *A promoção de igualdade de oportunidades*

- despesas públicas na área da educação, da formação profissional, dos transportes, da cultura e do lazer.
- medidas discriminatórias positivas em favor de áreas menos privilegiadas e de grupos e minorias sociais em elevado risco social. (Grupo de Lisboa, 1994:65).

Vale a pena salientar como o atraso de Portugal na adopção de políticas sociais consequentes e significativas face às necessidades da população permite que, numa altura em que todas as sociedades industrialmente avançadas estão a virar, ou já viraram, em maior ou menor grau, a página da história do moderno contrato social e do Estado-Providência, Portugal esteja ainda numa fase de implementação de algumas dessas medidas. É o caso, entre outros, do Rendimento Mínimo Garantido, susceptível, até, de gerar algumas perplexidades nos Assistentes Sociais, ao verem temas tão tradicionais no âmbito interno da profissão, como os ligados a questões estratégicas e técnico-metodológicas de intervenção, a objectivos de fortalecimento de cidadania ou de inversão de trajectórias de exclusão, tornarem-se questões públicas, debatidas e assumidas por políticos e por outros profissionais. Veja-se o debate actual sobre a pobreza e o caso da própria Acção Social como uma política que ganha visibilidade.

É necessário saber gerir estas novas realidades e desenvolver sinergias que levem a práticas mais consequentes e mobilizadoras das potencialidades de todos os sujeitos nelas implicados. De resto, a questão das políticas públicas para a área assistencial é uma questão do maior interesse e que suscita controvérsia — há, por exemplo, muitos que são levados a classificá-la de assistencialismo, o que é, de facto, uma visão altamente influenciada pelo pensamento liberal individualista, como muito bem aponta Aldaiza Sposati (1996: 54), em lugar de a enquadrarem na matriz dos direitos sociais e da luta pela cidadania.

Por outro lado, podemos estar certos de que o desemprego que aflige todos os países europeus e, também, os países americanos e asiáticos e que é considerado

pelo Grupo de Lisboa (1994) e por muitos outros analistas, a grande questão social para os próximos 20 anos, não deixará, com certeza, de continuar a afectar, também, a população portuguesa, com todas as consequências nefastas que lhe estão associadas. Ao nível interno do próprio Serviço Social, o afastamento do mercado de trabalho por parte de muitos profissionais, em especial dos recém-licenciados, poderá levar a que a procura de emprego, a precaridade deste e o receio de o perder, a luta pela sobrevivência, prevaleçam sobre a afirmação ética do exercício profissional.

Torna-se cada vez mais evidente como são globais os problemas que afligem as populações neste fim de século e como terão de ser procuradas respostas, também globais, capazes de os enfrentar. Teremos de caminhar no sentido de uma governação global efectiva, através de mecanismos de cooperação mistos (em vez da governação exclusivamente baseada em mecanismos de mercado), mecanismos fundados na valorização de princípios, regras e instituições — como os de liberdade, democracia, solidariedade, justiça social, eficiência e eficácia económicas.

Não tenhamos dúvidas de que aquilo que é pensado a nível global tem forçosamente de ser válido (sob risco de não ser o caminho adequado) para as nossas micro-dimensões, tem de ser válido para agirmos localmente. E, assim, poderemos pensar, com o Grupo de Lisboa, que existem alguns princípios básicos que devem inspirar e orientar a nossa actuação. Ou seja:

- “os instrumentos que utilizamos devem ser cooperativos;
- a sociedade civil global deve ser apoiada, encorajada e responsabilizada;
- como corolário do princípio anterior, as acções, comportamentos e experiências locais devem ser sistematicamente reconhecidas e apoiadas a nível global;
- a diversidade cultural deve ser explicitamente validada e promovida” (Grupo de Lisboa, 1994:205).

2. Neste contexto de articulação entre o micro e o macro-social, como se situa o Serviço Social e como perspectiva os seus caminhos e a formação dos seus agentes, neste final do século XX?

As profissões, como realidades históricas, dificilmente apresentam raízes de sentido único e, se bem que a sua institucionalização se possa atribuir, concretamente, a uma qualquer entidade ou grupo social, com razões estratégicas imediatas mais ou menos evidentes, num dado contexto histórico, a sua génese terá de ser procurada no evoluir das sociedades, nos complexos dinamismos das relações sociais, no desenvolvimento das ideias, na emergência das ideologias. É neste quadro que se poderá entender a pertinência da tese de Alcina Martins (1995) sobre a génese do

Serviço Social português, arrancando-o da exclusiva e tradicional raiz doutrinária ligada à Igreja Católica, que lhe tem sido atribuída por variados autores e abrindo um veio laicista e socialista na sua génese, ligado ao ideário republicano de assistência pública e de solidarismo.

Este eixo não estará, no entanto, tão temporalmente afastado da prática e da cultura profissional do Serviço Social português. Serão prova disso não só o facto de o corpo profissional aparentemente não ter sido afectado de forma negativa pelas convulsões que, ao nível dos serviços públicos e privados, atravessaram o período pós 25 de Abril de 1974, mas também a experiência sindical organizativa dos Assistentes Sociais nos anos que precederam 1974 (Ferreira, 1992), ao estabelecer laços de solidariedade com a luta de outros trabalhadores e ao promover um grande movimento participativo nos debates internos da profissão, os quais congregaram, pela primeira vez na história do Serviço Social em Portugal, o interesse e a participação massiva dos Assistentes Sociais de todo o País. Estes sinais, de facto, parecem apontar no sentido da presença de uma cultura solidária, visível nos anos 70, no seio do Serviço Social português.

É que a cultura profissional não se constrói a partir das intenções e estratégias dos instituidores formais da profissão, quaisquer que sejam essas entidades e os seus contextos mas, antes de mais, a partir da vivência dos seus agentes, quer entre si, na criação dos seus signos e ritos, quer na sua inter-relação com a sociedade global, no conjunto dos sentidos, significados, imagens, representações as mais diversas, que outros e eles próprios atribuem às suas acções, numa multiplicidade de dinâmicas, de valores e de concepções culturais presentes em cada um, enquanto sujeitos históricos que são.

Nesta construção da cultura profissional têm também um papel estruturante as Escolas, contribuindo, entre muitos outros aspectos, para o aparecimento do modelo cultural ligado à associação ou à dissociação entre ciência e profissão, traço que constitui, também, indicador importante do movimento interno das profissões.

Como tem então caminhado, em Portugal, a formação em Serviço Social?

É sabido que não há qualquer tradição de organização entre as Escolas de Serviço Social em Portugal e que os contactos entre elas são pontuais, salvo no processo que antecedeu o reconhecimento do grau de Licenciatura e que congregou, até 1989, todas as estruturas do Serviço Social português, embora não tenha havido um protagonismo igual por parte de todas as Escolas do País em todo esse processo.

E quanto aos currículos escolares?

Da mesma forma não existe qualquer tradição de entendimento formal entre elas, nem Portugal tem obrigatoriedade legal de currículo mínimo.

No que respeita ao Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa e considerando o estudo de Ernesto Fernandes de 1985 (Fernandes, 1985: 123-141), nestes 62 anos que levamos de existência, o currículo de formação sofreu sete alterações significativas, ou seja, podemos dizer que estamos na vigência do 8.º Plano de Estudos. Os períodos de vigência destes Planos de Estudo têm sido muito irregulares, acompanhando ou abrindo caminho para a evolução histórica da profissão, quer do ponto de vista teórico-metodológico, quer do ponto de vista do contexto social. O actual Plano de Estudos, que atingirá no próximo ano lectivo o seu décimo segundo ano de vigência é, se excluirmos o primeiro, que foi iniciado em 1935 e se conservou até 1956, o de maior permanência. A seguir há apenas o de 1960, que se conservou onze anos. Todos os outros se conservaram entre um e oito anos.

Neste percurso, o perfil sócio-económico e o universo cultural dos alunos (e, porque não dizer, também dos professores) tem sofrido um empobrecimento; e embora a ausência de estudos mais antigos não nos permita fazer comparações fiáveis, é possível constatar, através da observação directa da realidade histórica e de uma pesquisa de 1994 (Ferreira, 1994), que, por exemplo, 30% dos grupos domésticos de origem dos licenciados de 1990 são provenientes da categoria sócio-profissional *de operários industriais e assalariados agrícolas*; que 24% são de *trabalhadores independentes e agricultores* e que apenas 9% provêm de *quadros intermédios, técnicos e científicos*.

Ainda com base no mesmo estudo, verificamos que 64% dos pais não têm mais do que a instrução primária e que apenas 7% têm um grau de instrução de nível superior, baixando este para 3% no caso das mães.

Aliás, o empobrecimento sócio-económico e cultural do conjunto da população escolar, cujas causas se poderão ir buscar, entre outros factores, à democratização do ensino superior, é certamente comum a toda a Academia.

No caso do Serviço Social, este abaixamento do universo cultural dos alunos é, porém, concomitante à exigência de maior qualificação intelectual e cultural derivada da própria necessidade de consolidação académica, o que não deixa de constituir uma contradição, já apontada por Paulo Netto (1996:110) considerando a realidade brasileira.

No que respeita à revisão do actual Plano de Estudos do ISSSL, abrem-se grandes eixos de debate, nomeadamente os conteúdos teórico-metodológicos, a relação teoria-prática e a investigação e construção do saber, todos de igual relevância, pois que constituem os pilares onde assenta a formação em Serviço Social.

O eixo que debaterá as *questões teórico-metodológicas*, no que ao próprio Serviço Social diz respeito e que tem preliminarmente a ver com o que Suely Gomes

Costa (1995: 60) chama de “campo teórico de interesse profissional”, é altamente polemizador. A mesma autora identifica esse “campo teórico de interesse profissional” com a protecção social, o que me parece poder conduzir a um grave estreitamento do Serviço Social, na medida em que apenas se propõe “recuperar a matéria teórica substantiva com a qual se construiu a profissão”, esquecendo todos os avanços de um século de actividade e de estudo. A polémica desenrolar-se-á também a partir das contestações à referência usual na profissão da matriz marxista, que remete para os quadros analíticos das relações capitalistas de produção e do controlo social, que alguns consideram hoje inadequações teóricas, contestações que Paulo Netto tão bem analisa no seu artigo “Transformações societárias e Serviço Social” (1996: 87-132). Há que estar, também, atento aos contributos significativos que a recente literatura tem encaminhado (Robertis, 1994; Battini, 1995; Netto, 1996; Faleiros, 1996; Sposati, 1996; entre outros).

Porém, e segundo Paulo Netto, estas críticas não se apresentam como anti-marxistas mas apenas dirigidas à ortodoxia, ou dogmatismo, e às lacunas. No primeiro caso, a crítica vai no sentido de “ampliar”, “abrir”, “flexibilizar” a perspectiva teórica, incorporando autores como Habermas ou Foucault e, no segundo caso, salientando objectos que os anos 80 não contemplaram, tais como as questões de género, de cultura, de minorias, etc.

Aliás, os aspectos ideológicos repercutem fortemente na educação em geral e na formação dos Assistentes Sociais em particular e não deverão ser, por isso mesmo, deixados na penumbra.

Ora, na esteira de um esclarecido e corajoso texto sobre o estado de degradação a que chegou a Educação em Portugal, que Filomena Mónica publicou no “Caderno Vida” do Semanário “Independente”, no passado dia 14, João Carlos Espada, pronunciando-se a seu favor, dá-nos conta, no jornal “Público” do dia 17, dos fortíssimos movimentos de opinião que, nos E.U., reclamam hoje que se ponha termo à concepção nihilista que invadiu as escolas, a televisão e a cultura de massas, corroendo — e são suas estas palavras — “os padrões e as referências que servem de alicerce à civilização liberal”.

Carreando argumentos a favor da sua tese, testemunha, também, a luta dos últimos anos de Karl Popper contra a doutrina da “self-expression” (ideia de que a essência do liberalismo reside no elogio da “auto-expressão”, da “expressão autêntica” das inclinações individuais), doutrina que Karl Popper considerava totalmente contrária ao liberalismo, ao racionalismo crítico e à moderação, afirmando que, “se não combatermos esse nihilismo nascente, voltaremos ao homem das cavernas, comandado pelas emoções e pelos instintos, ignorante das tradições e das normas de conduta, cultivando o oculto e o misticismo, à deriva num mundo sem padrões.”

Afirma ainda João Carlos Espada que essa luta de Karl Popper tem sido continuada por académicos e intelectuais americanos de grande reputação, como Lipset, James Q. Wilson e Gertrude Himmelfarb. E termina o seu artigo indicando os objetivos da luta desses grandes movimentos de opinião, que se pronunciam:

- a favor do liberalismo tradicional
- e a favor da educação liberal, da busca da excelência e da educação do carácter.

Vem isto a propósito de fazer notar que, embora o ponto de partida analítico de uma dada realidade possa ser comum a várias posições ideológicas, as propostas de acção social e política para a ultrapassar apresentam-se, normalmente, bastante diferentes e as intenções daqueles grandes movimentos de opinião americanos, tão claramente expressas no citado diário português e que certamente não colhem a concordância da autora do texto que citei inicialmente, constituem afinal um testemunho exemplar da ideologia neo-liberal que vem alastrando na nossas sociedades ocidentais, não sendo Portugal uma excepção.

Tendo como matriz filosófica o *utilitarismo*, de raiz inglesa, com origem no século XVIII e com Jeremias Bentham (não é certamente por acaso que a política da Sr.<sup>a</sup> Thatcher lhe era tão próxima, sendo-lhe até atribuída a frase “não há sociedade, só indivíduos”), o liberalismo exalta o mérito pessoal, o gosto do risco, o espírito de competição. Tem uma forte componente psicológica e faz apelo, como se viu, a uma educação do carácter.

Vale a pena determo-nos aqui um pouco, socorrendo-nos de Orlando Lourenço (1992) e tendo também em vista as reflexões que vimos fazendo sobre a formação em Serviço Social.

É que o apelo à educação do carácter levanta o problema da existência de diferentes propostas educativas consoante a perspectiva teórica que se adopta, estando a *educação do carácter* ligada à *teoria da aprendizagem social* e ao desenvolvimento moral que acentua a componente comportamental, isto é, acentua a questão de interiorizar e “seguir normas e regras consideradas correctas pelos membros de uma dada sociedade” (Lourenço, 1992: 28), o que leva a um *relativismo ético*, sendo impossível sustentar que um determinado sistema ético seja moralmente mais avançado que outro. Desta forma, o nível moral de um indivíduo acaba por reflectir os padrões morais que são valorizados por determinada sociedade, e daí a importância da influência dos chamados *modelos poderosos* (como pais ou companheiros...) e de *práticas educativas* de socialização, onde se não dá grande importância ao envolvimento activo do sujeito, mas, sim, a práticas de doutrinação, fazendo do sujeito um *poço de virtudes*.



A proposta liberal da educação pelo carácter tende a avaliar o desenvolvimento moral dos indivíduos pelo número e frequência de comportamentos, classificados de imorais ou morais nas chamadas situações de resistência ou tentação.

A esta concepção behaviorista de educação do carácter contrapõem-se outras, como a psicanalítica e a estrutural-constructivista, próximas de escolas psicológicas dinâmicas, mais ligadas a ideologias que perspectivam a mudança social, sendo que a corrente estrutural-constructivista defende que cada pessoa se transforma e se constrói em interacção com o meio.

Esta perspectiva desenvolvimentista —que, encerrando uma proposta de desenvolvimento pessoal e social, encerra, conseqüentemente, uma proposta de desenvolvimento moral—, contrapõe à educação do carácter, própria do liberalismo, a *educação para a justiça*. Aqui, a tónica recai no *raciocínio* (e não nos conteúdos) e na *construção de princípios éticos* (e não na doutrinação) e defende que o desenvolvimento moral assenta na *construção* de princípios morais e de justiça, que estão muito além das normas morais e sociais vigentes, contra as quais, por vezes, é necessário lutar para defender a justiça. O princípio da justiça — é oportuno clarificar — “é um dos princípios substantivos de moralidade, que estipula uma orientação deontológica, ou seja, uma orientação ética e moral em que o valor dos actos é intrínseco a eles próprios e não provém das consequências que daí resultam. O princípio da justiça estipula que se trate o outro como fim, não como meio, ou então que se tratem as pessoas de modo igualitário”. (Lourenço, 1992: 224).

A educação para a justiça *proclama*, por isso, a não neutralidade no estudo científico do desenvolvimento moral; *entende* a acção moral como um todo que abarca não apenas a conduta mas também a motivação cognitiva interior; *aceita* alguns princípios éticos susceptíveis de ser aplicados a todas as pessoas em quaisquer circunstâncias e a obrigação de lhes obedecer sempre; *defende* que a acção só é moral quando for subjectivamente entendida como tal; *admite* a possibilidade da mesma filosofia, ou estrutura moral, estar subjacente a respostas de conteúdo moral muito diferente e admite, também, a ideia de que os princípios morais resultam mais da actividade estruturante do sujeito do que da influência directa do meio; e, por último, *assume* que a orientação da acção humana é *por e para* princípios, tendo a orientação para a *justiça* como princípio moral básico e mantendo que a justiça é o aspecto mais estrutural do juízo ou raciocínio moral.

A educação para a justiça, nas suas vertentes cognitiva e social, considera importante tanto a estimulação do raciocínio moral quanto a vivência em comunidades justas, onde o sentido do eu, do outro e dos princípios, sejam preocupações constantes.

Não sendo possível nem apropriado fazer aqui outros desenvolvimentos desta questão, acrescentarei apenas que as pesquisas que têm sido efectuadas, relacio-

nando o pensamento moral e a acção moral, têm demonstrado grande consistência entre estes dois parâmetros, ou seja, que os sujeitos de raciocínio moral mais elevado são os que tendem a viver mais de acordo com o que acham que deve ser feito, o que parece vir dar razão aos teóricos do estrutural-constructivismo, dos quais o mais notável é Kohlberg (Lourenço, 1992), que, desde os finais dos anos 60 tem vindo a dedicar a esta problemática um intenso labor.

Penso que fica, também, demonstrado como opções teóricas ao nível da pedagogia e da intervenção social se encontram tão intimamente relacionadas com ideologias e objectivos sociais. *Defendo, por isso, a integração curricular da Psicologia do Desenvolvimento Moral na formação inicial dos Assistentes Sociais, com objectivos não apenas informativos mas também formativos e numa linha de educação para a justiça.*

Deter-nos-emos, agora, um pouco sobre o eixo que cobrirá toda a problemática em torno da *relação teoria-prática*, e que deverá polarizar alguns debates importantes, entre os quais o do “perfil profissional”.

No que respeita ao perfil do Assistente Social, é interessante vermos o que Vicente Faleiros (1995) avança ao afirmar que o perfil técnico deverá dar lugar a um perfil de negociador, de articulador de políticas, de dinamizador de parcerias e de solidariedades, profundamente implicado na relação Estado/Sociedade, sem deixar de ser crítico e comprometido com os direitos sociais:

“Esse perfil implica não só um conhecimento teórico dos paradigmas, de suas limitações e de sua potencialidade explicativa relativa, mas também a aquisição da seguinte formação:

- a) conhecimento das conjunturas, forças, actores e sujeitos implicados na acção social, incluindo a relação Estado/Sociedade;
- b) capacidade de vinculação dos direitos sociais e da cidadania à vida quotidiana, sabendo, pois, enfrentar as pressões por clientelismo, corporativismo, paternalismo;
- c) capacidade de elaboração de estratégias de intervenção social relativas aos direitos e ao atendimento de vítimas de violação de direitos sociais, de fragilização de sua trajectória individual e social;
- d) capacidade de gestão das questões sociais com manejo dos fluxos modernos de indicadores, informação, informática, multimédia e redes de comunicação, num exercício crítico;
- e) conhecimento das questões sociais específicas que se colocam na agenda da sociedade, por exemplo, sida, drogas, gravidez na adolescência, meninos de rua, vítimas de violência, planeamento familiar, renda mínima; e

- f) capacidade de abordar as diferentes formas de parceria na intervenção social e de desenvolver a participação e a solidariedade.” (Faleiros, 1995:24).

Uma outra dimensão do perfil do Assistente Social é o falso problema da dicotomia intelectual/técnico. Esta visão dicotómica de cariz positivista, e que faz uma separação quase absoluta entre aqueles que pensam e aqueles que executam, acredita ter sido ultrapassada no seio do Serviço Social. A prática profissional do Assistente Social sempre exigiu uma formação altamente qualificada, que lhe permitisse compreender os fenómenos sociais e os problemas que afectam os indivíduos, os grupos e a sociedade em geral, por forma a gizar estratégias e modelos de intervenção capazes de enfrentar esses problemas e isso nunca lhes causou (aos Assistentes Sociais de uma maneira geral) qualquer desconforto quanto a desempenhos desenvolvidos em acção directa, quer com indivíduos ou pequenos grupos, quer em trabalhos de terreno com comunidades.

Persiste, no entanto, na realidade portuguesa, a auto-denominação dos Assistentes Sociais como técnicos, em detrimento do uso do seu título profissional, o que tem as suas raízes sócio-históricas na luta por um estatuto no seio da Função Pública em Portugal, no início da década de 70, aquando da criação das carreiras técnicas, numa altura em que a reivindicação do reconhecimento como técnico era altamente importante no seio da categoria, nomeadamente em termos salariais. Esta auto-denominação que, de certa maneira, terá contribuído para a construção de uma eventual representação social dos Assistentes Sociais como técnicos e, também, para consolidar essa auto e hetero imagem, não deixará, infelizmente, de perdurar ainda por algum tempo.

Ainda no que respeita à questão de o perfil profissional e à sua pretensa articulação com o mundo do trabalho de uma forma extremamente forte, é um debate bastante delicado. Se é certo que uma relação positiva com o mercado de trabalho é condição para uma inserção profissional rápida e não traumatizante para os recém-licenciados, não é menos verdade que se poderá correr o risco de a formação se ligar directa e exclusivamente às necessidades empíricas daquele, sempre pontuais, transitórias, imediatistas, com todos os inconvenientes que isso acarretaria se se deixasse de equacionar, globalmente, a problemática da formação.

Aqui se colocarão também os aspectos ligados ao que actualmente em Portugal se vem chamando de especialização mas que, em minha opinião, apenas configura uma formação atomizada, inconsequente, altamente redutora e descaracterizante da profissão. A necessidade de formação direccionada a alguns problemas específicos da nossa realidade social não pode ser ignorada mas deve ser adquirida através dos espaços

pedagógicos dos seminários temáticos e de cadeiras de opção, devendo todos eles apresentar formas organizativas de grande flexibilidade, consolidando-se também a grande responsabilidade das Escolas na formação permanente, a exemplo da nossa experiência institucional. O mesmo parece ser defendido por Paulo Netto (1996).

Os sinais do mundo do trabalho não podem ser as únicas fontes de alimentação das questões da formação. A resposta directa será sempre uma resposta fundamentalmente técnico-instrumental e o que é necessário é ser-se capaz de arquitectar respostas alternativas e de estabelecer prioridades, muito embora também se deva ser possuidor de grande eficiência e eficácia operativa.

Quanto ao último eixo que nomeámos, o da investigação e construção do saber, o da pesquisa em Serviço Social, além de atravessar, de forma clara, todos os debates, a sua inserção no currículo tem permitido:

- constituir-se como instância pedagógica de grande alcance;
- valorizar as aptidões intelectuais;
- criar oportunidades privilegiadas de integração de experiências práticas e conhecimentos teóricos;
- despertar formas criativas de pensar a realidade e de encontrar caminhos alternativos e diferentes estratégias para a intervenção
- formular objectos e objectivos inovadores;
- contribuir para a construção de novos conhecimentos e novas respostas...

Porém, se a inserção da investigação na formação inicial dos Assistentes Sociais parece ser uma questão completamente pacífica (Ferreira, 1993), já os aspectos organizativos e a abertura ou fechamento do Serviço Social a diferentes metodologias de investigação requerem um profundo debate. Embora a investigação em Serviço Social aponte para uma maior frequência no recurso a metodologias qualitativas, isso não poderá ser entendido como uma forma de confinar a investigação em Serviço Social a tal ou tal metodologia, ou mesmo a balizar a amplitude dos objectos da investigação.

De qualquer modo e salvaguardando estes cuidados, parece ser de incentivar e desenvolver a colaboração entre investigadores (mesmo em formação) e profissionais e entre a Escola e as entidades empregadoras. Este aspecto, algo deficitário na prática dos seminários de Investigação em Serviço Social, não tem facilitado a construção de uma cultura de associação entre ciência e profissão, nem “a adopção, por parte do profissional, de uma postura investigativa”, de que nos fala Alcina Martins (1997) no seu trabalho mais recente, apontando-a como uma das condições para o desenvolvimento da investigação em Serviço Social.

3. A última questão que me propus abordar diz respeito à inserção inicial dos Assistentes Sociais no mercado de trabalho.

Com base no estudo já referido (Ferreira, 1994), podemos dizer que, um ano depois da Licenciatura, em 1991, 90.6% dos Assistentes Sociais se encontravam empregados e 5.7% estavam na situação de desemprego involuntário, devido este, no entanto, em 2.8% dos casos, a uma atitude selectiva, e, nas restantes situações, à interioridade dos locais de residência.

A localização dos empregos era bastante dispersa, abrangendo 17 concelhos em 7 distritos do continente, sendo os mais significativos Lisboa, com 24.7% e Setúbal, com 10.4%.

No que respeita ao tempo de ingresso no mercado de trabalho, verificou-se que a maioria (60.4%) aguardou apenas de 1 a 5 meses, 16.7% aguardaram de 6 a 9 meses e só 8.3% aguardaram de 9 a 11 meses.

A precaridade do trabalho era uma realidade evidente, visto que apenas 27% apresentavam um vínculo sem termo certo e 70.8% tinham trabalho precário, sendo que, destes, 56.2% com termo certo ou tateiro e 14.6% em prestação de serviços.

As entidades empregadoras foram, na sua maioria, as IPSS, com 41.7% (sendo 12.5% Misericórdias) e a Função Pública com 37.4% (Ministério do Emprego e Segurança Social, actual Ministério da Solidariedade e Segurança Social, 24.8%; Ministério da Saúde, 6.3%; Ministério da Justiça, 4.2%; e Ministério da Educação, 2.1%). As Autarquias apareciam com 6.3% dos postos de trabalho iniciais.

E como se apresentará, actualmente, o mercado de trabalho, para integrar os Licenciados que hoje recebem os seus diplomas?

Não por ser optimista, mas interpretando os sinais dos tempos, parece-me que a tendência do mercado de trabalho dos Assistentes Sociais é expansionista. Corroborando esta leitura, ainda recentemente, neste mesmo local, o Adjunto do Ministro da Solidariedade e Segurança Social informava a abertura, em breve, de um grande número de postos de trabalho no seu Ministério.

Finalmente, e concluindo:

Numa realidade social que se apresenta globalmente orientada por uma lógica de mercado concorrencial e que tende a excluir, cada vez mais, maior número de pessoas, *a promoção do desenvolvimento humano e social é inadiável e urgente.*

Neste quadro, *o mercado de trabalho do Serviço Social tenderá a expandir-se, mas exigirá profissionais altamente comprometidos com a justiça e com os direitos humanos e sociais, pelo que os Assistentes Sociais devem obter uma formação que coloque a educação para a justiça e a aquisição da dimensão ética da profissão ao mesmo nível dos aspectos teórico-metodológicos e instrumental-operativos.*

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BATTINI, Odária (1995), "Atitude investigativa e formação profissional: a falsa dicotomia", *Serviço Social & Sociedade*, N.º 47, Ano XVI, Abril, 143-146.
- COSTA, Suely Gomes (1995), "A 'invenção de tradições': a protecção social e os cursos de graduação em Serviço Social", *Serviço Social & Sociedade*, N.º 48, Ano XVI, Agosto, 58-68.
- ESPADA, João Carlos (1997), "Niilismo 'versus' educação liberal", *jornal Público*, 17 de Fevereiro.
- FALEIROS, Vicente de Paula (1995), "A reforma curricular de 1988 no ensino de graduação de Serviço Social na UnB: subsídios para a discussão", *Serviço Social & Sociedade*, N.º 47, Ano XVI, Abril, 17-25.
- FERNANDES, Ernesto (1985), "Evolução da formação dos Assistentes Sociais no Instituto de Lisboa", *Intervenção Social*, N.º 2/3, Dezembro, 123-141.
- FERREIRA, Dinah et alli (1992), "Trabalho exploratório sobre a construção do conhecimento do Serviço Social em Portugal (Janeiro de 1970 a 25 de Abril de 1974)", policopiado, Estudos e Pesquisas, Série: História do Serviço Social Português, Dep. Pós-Graduação do ISSS, crl.
- FERREIRA, Dinah (1993), "Que formação em Serviço Social para os anos 90?", *Intervenção Social*, Ano III, N.º 7, 44-52.
- FERREIRA, Dinah (1994), A inserção dos recém-licenciados no mercado de trabalho três formações na área das ciências sociais, Dissertação de Mestrado, policopiada, ISCS, Universidade Técnica de Lisboa.
- GRUPO DE LISBOA (1994), Limites à competição, Mem Martins, Publicações Europa-América, col. Economia & Gestão, 2.ª ed.
- LOURENÇO, Orlando M. (1992), *Psicologia do desenvolvimento moral. Teoria, dados e implicações*, Coimbra, Livraria Almedina.
- MARTINS, Alcina (1995), "Génese, emergência, e institucionalização do Serviço Social português" *Estudos & Documentos*, Série II, N.º 1, Jan.º, 11-32.
- MARTINS, Alcina (1997), "A importância da investigação em Serviço Social" comunicação apresentada no Seminário de Serviço Social Investigação em Saúde, ISSSC, Janeiro.
- MÓNICA, Filomena (1997), "Exames — Português e História 1960 e 1996" *Caderno VIDA*, integrante do jornal *O Independente*, 14/2/97, p. 14-20.
- NETTO, José Paulo (1996), "Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil", *Serviço Social & Sociedade*, N.º 50, Ano XVII, 87-132.
- ROBERTIS, Cristina De (1994), "Le contrat en travail social — fondements ethiques et operationnalité", *Intervenção Social*, Ano IV, N.º 9, Junho, 21-33.
- SPOSATI, Aldaíza Oliveira et alli (1996), "A Revista Serviço Social & Sociedade e os Caminhos da Profissão", *Serviço Social & Sociedade*, N.º 50, Ano XVII, 40-77.